

de.sem.bo.la.na.i.dei.a: 1. ato de desarmar, desembaraçar, desenredar, destrinçar, singularizar; 2. tirar ou perder as bolas que cobrem pontas que podem ferir; 3. desfazer um bololô; 4. diz-se do ato de ler nas entrelinhas, dar no ponto e achar a causa; 5. quando se deixa uma luz desemaranhar-se das significações que a ocultam; 6. tipo de escrita que faz a lua, com uma haste de bambu, passar por entre lianas sem desenredá-las; 7. mundo-pésames de pequenos cidadãos-menos a contra-mundo; 8. projeto para civis-subservis-sem-lugar-marcado-no-campo-do-possível; 9. desejo de permanente exercício da linguagem para serpentear, no seu curso, o discurso do silêncio; 10. o mesmo que resolver pela palavra.

NOTAS DE PSICANÁLISE E POLÍTICA

Marcus André Vieira

Referência

Vieira, M. A. "Notas sobre psicanálise e política", Desembola na ideia (arte e psicanálise implicadas na vulnerabilidade juvenil), in Greco M. e Ganz, L (orgs), Belo Horizonte, AIC/Redevera, 2019, pp. 41-64.
[Capa e índice](#)

Resumo

Se a diferença entre privado e público se torna porosa, se nossos analisantes não têm mais a mesma relação com a intimidade que nos tempos de Lacan e se qualquer diferencial é tomado como singularidade, como imaginar que poderíamos trabalhar no segredo dos consultórios, buscando uma singularidade quase sagrada?

Nas lacunas do discurso e nos orifícios do corpo, Freud encontrou o desejo. Descobriu-lhe a força até mesmo em seus estados mais cotidianos, sufocado pelo ideal ou oculto pela renúncia. Desvela-se então como o desejo habita a dança das vontades que agita os homens. Ele dá vida ao discurso, introduzindo, a cada súplica, o horizonte do absoluto e, a cada ordem, o imperativo do incondicional. "Existe um além das vontades, um além das demandas e de seus mandos", isto é o que a Psicanálise demonstra e que lhe permite formalizar um lugar para o desejo a partir da delimitação de seus circuitos. Ele é indestrutível e silencioso justamente por se dar apenas como um rastro, sulco deduzido das demandas. Dar-lhe autonomia e voz própria é uma fantasmagorização que o reduz à mera demanda do além, em vez de situá-lo em seu lugar, no além da demanda. Desta dissimetria entre desejo e demanda vive o mote: "Não existe desejo, só demandas", que se declina em: não há nada além daquilo em que se pode eventualmente deitar mão; nada a esperar e nada de espera porque tudo está aí, sob os olhos; nada de hierarquia, a não ser a estabelecida pela contabilidade do gozo.

Este é o lema contemporâneo em vias de constituir o sintoma social dominante. Seus arautos foram o cálculo utilitarista e o ocaso da burguesia de Marx. Seus signos contemporâneos exibem-se na alegria dos advogados (tudo é causa a ganhar), na prepotência dos economistas (toda fome é monetarizável), mas também na depressão astênica da morte do desejo. Esta apatia angustiada é a mãe da toxicomania generalizada que invade o comum dos homens, ruborizado com sua normalidade em extinção. Reduzidos ao registro da demanda, todos os objetos – todos de consumo – têm que ser excepcionais, ao menos enquanto duram, pois nenhuma média, solidária do signifiante e de sua Lei, estabiliza o objeto do desejo.

A Psicanálise promove os circuitos em vez dos objetos e, a partir daí, delimita um parceiro original para o homem, um objeto sem nome e sem corpo; que faz, porém, gozar ao incorporar-se nos itinerários significantes de uma fala. Indica-se aqui o lugar atópico da Psicanálise, que lhe dá um vislumbre atípico da condição humana.

Por uma aposta no sujeito dividido

Lacan usa frequentemente a expressão “sujeito dividido”. É preciso cuidado, porém. Para ele, o sujeito dividido não é o sujeito da dúvida. Não se refere a alguém com dupla personalidade ou vivendo um dilema do tipo “caso ou compro uma bicicleta”. O sujeito da dúvida é o contrário do polarizado. O de Lacan é outra coisa.

Quando alguém nos traz seu dilema, muitas vezes é preciso saber não escolher uma de suas alternativas, nem querer ajudá-lo a escolher – isso nos deixa, quase sempre, no mesmo impasse que ele. Uma indecisão, afinal, como define Adriana Falcão, é quando você sabe muito bem o que quer, mas acha que deveria querer outra coisa. O importante é que seja possível encontrar outras coisas, uma terceira, quarta e quinta opções.

O sujeito dividido não é alguém que é dois, sem saber qual é o certo, ou que é um, sem coragem de assumir o outro lado. Esse quase sempre faz o pior para sair do dilema. Como o que se lia à época das últimas eleições: "por não querer votar na formiga, a cigarra votou no inseticida". O sujeito dividido de Lacan não está dividido. Ele é dividido continuamente por uma multiplicidade de desejos que o movem, e não apenas os apresentados na situação em que vive. É quem pode viver, ao menos de vez em quando, mais de um deles ao mesmo tempo agora.

O sujeito polarizado é centrado, até demais. Aqueles polarizados pelo ódio, mais ainda, por centrarem-se pela violência. Contra esses, é preciso responder e lutar coletivamente. Já o sujeito dividido pode ser interpretado. Enquanto o primeiro se fixa na rigidez do discurso machista, o segundo pode se deixar levar pelas falas do feminino, pois, como sujeito plural descentrado, pode encontrar um desejo eventualmente obscuro que o tire do impasse.

Esse encontro não é a descoberta do que já lá estava – uma terceira via escondida –, mas de um modo de conseguir uma apresentação, mais ou menos estável, daquilo em que, no impasse, se insistia sem se dizer direito. É como quando estamos sob o impacto de um sonho e extraímos algo novo que, do seu emaranhado de sensações, nos reconfigura. Pode, por exemplo, ser a dureza do cinto paterno, mas igualmente as lágrimas da avó, o puro azul de uma camisa de linho, a doce estranheza de um primo. São esses divinos detalhes que releem uma história, colocando-a em outro patamar por incluírem, em nosso desejo, o indefinido e o incerto de suas apresentações inconscientes.

Nomear um desses objetos do sonho ou da vigília é surpresa e abertura, pois não corresponde à simples descoberta de algo que dormitava no porão, mas a uma novidade no campo do desejo. Por isso, Lacan afirma que “o desejo é sua interpretação”.

O problema, em nosso espaço coletivo, é que não só os sujeitos divididos andam bem raros, como as interpretações e argumentos disponíveis – como "política do ódio" ou "fascismo"–, por mais verdadeiros que sejam, tendem a ser gerais demais para que se possa obter o efeito de verdade que reconfigura uma escolha. A reconfiguração do desejo pede nomes mais particulares, e isso só se consegue corpo a corpo, um por um. Em meio aos liberais que dizem preferir morrer a votar no partido dito da corrupção, mesmo com tanta morte à sua volta, ou aos religiosos que culpam os defensores da liberdade de gênero pela morte da família tradicional, existe, quem sabe, um sujeito dividido atravessado por desejos a serem nomeados. A partir da lembrança de alguém da família ou de uma situação de vida particular, esse sujeito talvez se torne sensível

aos argumentos tão evidentes do risco de promoção do Estado de Exceção em lugar do Estado de Direito. É preciso, porém, estar perto, buscar o olhar e ousar interpretar.

E seguir no sujeito dividido, na surpresa que ele pode ter consigo mesmo e com seus objetos de desejo, assim como na reconfiguração que disso pode advir. Afinal, quando tudo evidencia o grau de violência a que se pode chegar blindando o desejo contra a multiplicidade que o habita, promover a divisão do sujeito torna-se uma necessidade política. Parafraseando Achilles Mbembe, é o devir inconsciente, o devir plural do mundo que está em jogo.

O meteoro e os restos

Nunca o sentimento de fim de mundo esteve tão presente quanto nesses dias. O tema, aqui, não remete a nenhum fim específico, seja o fim da história ou da função paterna, mas apenas à vertigem, tantas vezes presente, de que nenhum de nossos parâmetros cotidianos para ação e orientação parece ainda valer. Da grande lista de situações que levaram o país a essa vertigem recentemente, escolho o incêndio e a perda quase integral do acervo do Museu Nacional. Creio que há algo a extrair dela além de desesperança.

Haveria muito a dizer (e tem sido dito, ainda bem) sobre o monstruoso rolo compressor que está passando sobre um sem-número de mundos, quase como se houvesse uma nova colonização, neoliberal, em curso no país, que condenou o museu a quase morrer de inanição. Haveria tanto mais a dizer sobre este museu como encruzilhada de inúmeras coisas excepcionais. Centro universitário de excelência, sem laboratórios antissépticos, marco da história do Brasil Império, memória das Américas, dos povos destruídos, das espécies de outros tempos, centro de intelectualidade, de resistência de culturas de periferia contemporânea, ali, fora da zona sul, etc. etc.

Destaco, porém, a insistência, ouvida e lida em toda parte, em quantificar o imaterial. Expressões como “valor incalculável” ou “20 milhões de itens” são contrapostas aos valores tão pequenos necessários à manutenção do acervo; comparações entre as quantias gastas em 2018 e os gastos exorbitantes em assessores e ar-condicionados de salas vazias dos nossos políticos, etc. etc. Sem contar as expressões que também vão neste sentido mesmo se não cifram: “referência mundial”, “maior coleção do mundo” e assim por diante.

Um luto arrasador é justamente aquele em que não se pode dar um contorno à perda, não se consegue dizer o que se foi e não voltará; por isso tentamos tornar o objeto perdido “um entre outros”, e muitos tentam seguir nesse caminho apoiando-se na contabilidade. No caso do museu, porém, nada mais equivocado, porque o objeto perdido é exatamente o que está fora das possibilidades da quantificação, aquilo que mesmo com todo tempo e economistas do mundo permaneceria incalculável. Como delimitar a perda de registros sonoros de tribos indígenas já extintas e suas línguas para sempre, agora, desaparecidas?

Sejam quais forem os mistérios da memória humana, se aceitamos que ela sempre envolve um pouco de edição, a perda da impressionante coleção do museu parece dizer que perdemos a possibilidade de criar memórias. Não apenas de recordar, mas de transmitir o passado para quem não o viveu, por exemplo.

Aqueles objetos que o museu reunia eram, nesse sentido, fundamentais. Por isso parece tão absurdo que se fale em apresentar o acervo perdido em forma digital ou em impressões 3D, como chegou a ser proposto. Desconfio que isso parte de quem sabe o que é algo irrecuperável, mas quer aproveitar para colocar no lugar seus objetos sem personalidade, fáceis de vender, ou exposições sem objetos, como em tantos museus hoje.

Talvez já fosse o bastante para explicar o quanto o fim de um museu é dolorido, mas creio que há ainda mais nessa perda. Esse “a mais” no que se perdeu vela-se na quantificação, mas desvela-se em outro refrão nos dias que se seguiram ao incêndio. A insistência em frisar como salvou-se um meteorito, fazendo dele uma espécie de símbolo da resistência, de um “nem tudo está perdido”. Ora, como disse uma amiga, ao sobreviver ao fogo “ele não fez mais que a obrigação”.

É porque ele, como tantos outros objetos disponíveis hoje para nosso prazer, é o que é. Não é um objeto *a*. Com essa expressão estranha, “objeto *a*”, Lacan dá corpo ao indefinível de um objeto, àquilo que lhe confere vida e singularidade, sempre alguém de nossa capacidade de nomeação.

Não se trata de opor o virtual e o real. Em uma análise, os objetos são virtuais, mas nem todos interessam. Não queremos qualquer memória. Os objetos que contam, os objetos *a*, são, para começar, as sobras, os restos. Uma sessão de análise vale muito quando traz à cena estes fragmentos-resto. “Minha avó fazia uma sopa apenas com caldo Knorr, nada mais”, “minha mãe guardava meu cotoco de umbigo”, “meu pai cheirava a havana”, “meu vizinho era viciado em comer papezinhos de chiclete”. Esses objetos parecem guardar o segredo de nossa singularidade. Nem do Outro, nem meus: esses é que valem.

Nossa desolação também está ligada a isso: não perdemos apenas nossas memórias, mas objetos singulares de memória, perdemos, os que conheceram este museu, uma usina de objetos *a*. Naquele mundo de coisas raras e estranhas, vi um nariz de cera com lepra, vi escaravelhos aos montes presos por um alfinete, vi múmias brasileiras, ossos e mais ossos. Todos capazes de ativar em mim uma zona de memória em que posso não ter bem certeza do que aconteceu de fato, mas tenho absoluta certeza de que aquilo era real e me dizia respeito a mim somente. São aqueles fragmentos de memória que trazemos nos bolsos, sem saber bem porque estão ali ou mesmo o que são, que nos dão o sentimento de que a vida é um fato, mesmo se tudo faz crer que ela não vale ser vivida.

Eles se definem, segundo Lacan, no *Seminário Livro 10: A angústia*, de 1962-63, por três características principais. Nunca são *Uma* coisa, mas algo fragmentário, disforme; são sempre “aparas”, coisas que, quando a *Gestalt* se faz, caem, ficam de fora; finalmente eles nos tocam, nos pungem, como se refere Barthes a seu *punctum*.

Será que temos ainda, nas nossas gavetas concretas ou da memória, objetos assim? De fato, cada vez assombra-nos o sentimento de que cada objeto já é, desde a saída da fábrica, lixo. Como pensar na função do rebotalho, do desejo como condensando a intensidade do real nestas condições, quando, ainda por cima, a promessa de uma reciclagem total do lixo é veiculada sem cessar?

Parece que a função do objeto *resto*, seu modo de tomar o real em um discurso, como o define Jacques-Alain Miller, depende do estado atual da Civilização e, nela, da presença de objetos caídos, inúteis ou ininteligíveis.

Se queremos que se ouça mais a voz da razão no momento de escolher em quem votar, entregues que estão, tantos, à peculiar surdez de só ouvir verdades quando vem aos gritos (quase sempre fascistas), precisamos fazer ressoar, no vivo de cada um, suas vozes perdidas. Elas estão em todos nós, são nossos objetos *a*, as vozes infinitas de extintas tribos que nos constituem. Que a morte do acervo do Museu Nacional tenha destacado essa necessidade me ajuda a retornar ao trabalho de apurar os ouvidos e reavivar os pulmões para fazê-las ecoar.

Voz e corpo na cidade

Mais que insistir em que sejamos atores da Política, é preciso, para trazer a Política para a prática do psicanalista, tomar a Política no plano de nossa clínica, e não apenas no da vida na cidade. Faz sentido, pois se a diferença entre privado e público se torna porosa, se nossos analisantes não têm mais a mesma relação com a intimidade que nos tempos de Lacan e se qualquer diferencial é tomado como singularidade, como imaginar que poderíamos trabalhar no segredo dos consultórios, buscando uma singularidade quase sagrada?

Em outras palavras, o analista não é mais uma existência que pode ser tomada como ponto de partida, como pôde fazer Lacan em 1967. Para garantir a presença do real da Psicanálise no mundo é preciso estar, também, e especialmente, na *polis*, pois é necessário “produzir” a presença do real do inconsciente na cidade, incluindo-se nisso o campo político, já que esse concentra boa parte da ação na cidade em relação aos discursos que a atravessam.

A intervenção do analista, de sua prática, deve ser medida com relação ao que ocorre no campo social; mais que isso, porém, o campo em que a necessidade de instaurar seu lugar é decisiva é o espaço político deste campo. Neste espaço, entre outras coisas, vive-se a crise da representação, da política partidária. Estaríamos também em plena crise da democracia? A democracia, pelo menos desde a Segunda Guerra nos países ocidentais, baseia-se no texto da Constituição para garantir o Estado de Direito. Um texto, não um soberano, isto é, a incorporação, na Constituição, dos Direitos Humanos de maneira mais ou menos estável e universal. É recente, no Brasil, data de 1988!

Dizemos que a Psicanálise não viceja sem a democracia. No entanto, se seguimos a estrutura do discurso analítico, tal como escreve Lacan, podemos ser mais específicos e afirmar que se há campo em que ela encontra em maior grau seu poder de subversão é aquele regido pelo Discurso do Mestre. Segundo este discurso, um S1 (significante mestre), por sua ação sobre os saberes instituídos, produz verdades, e, neste processo, define-se igualmente um resto. É a partir desse lugar que o analista apoia sua intervenção interpretativa de reconfiguração do campo do saber. Exatamente por isso, Lacan chega a definir o inconsciente freudiano a partir do Discurso do Mestre.

No caso do Estado Democrático de Direito, mesmo na ausência do soberano, o texto da Constituição sustenta uma estrutura que permite o desenrolar, no social, do Discurso do Mestre. No entanto, o Discurso do Mestre contemporâneo é cada vez mais próximo da gestão ou da máquina do Mercado neoliberal, que partem do objeto-resto, tornado mercadoria, para lançar sua ação de modo quase análogo ao Discurso do Analista. De onde partirá o ato analítico, então, se o mestre está vendendo sua enunciação a quem pagar melhor, e se o objeto que ele interditava está no zênite da Civilização?

Fora do Estado de Direito constitucional e sem estar em contradição com ele, contarão menos as vozes, os votos e os debates e mais a movimentação dos corpos. É como entendo o que tentam apreender Negri com sua *multidão*, e Laclau com seu *povo*. Os movimentos de corpos em manifestações ou a concentração nas ocupações tornam-se uma força no jogo da Política. Encontrar as palavras que fazem interpretação e produzem a reunião dos corpos torna-se uma função essencial.

O analista pode ter um papel a desempenhar com relação a esse movimento. Não como conselheiro dos políticos, hoje reduzido ao marqueteiro, nem como herói da *desidentificação*, hoje presente apenas em uma oposição purista. Talvez como alguém que sabe o valor do *witz* (dito espirituoso), do senso da oportunidade, presente em cada *hashtag* ou *meme* que viraliza.

Para quê? Para interpretar, sempre. Só que talvez não mais como no Discurso do Analista, em que o resto interpreta. Quando alguém como Linn da Quebrada faz a apologia da *bixa preta*, em seu trap-funk-*rap*, e do gozo de “travecar”, o que faz efeito não é tanto a surpresa do excluído que passou a se incluir, como nos rolezinhos do *shopping* por exemplo – afinal, rapidamente tudo se torna mercadoria. Se sua voz

prende e perturba é mais porque nomeia um gozo *trans* que se apresenta como a brecha por onde o real atrapalha, faz sintoma e impede a circulação das mercadorias.

Em sentido análogo, o analista talvez valha hoje menos por sua interpretação no sentido que lhe deu Lacan (de corte e ressignificação pela reintrodução do resto na consideração do ego) do que pela surpresa que provoca ao propiciar, com as nomeações que acolhe, um lugar para o real. Esse anda tão oculto sob as proezas da Ciência e promessas do Mercado que sua localização abre-nos ao que do corpo é vida que resiste a se tornar objeto e insiste como *sinthoma*.

Extraterritorialidade, desencantamento e extimidade

O psicanalista não pode se recusar a seu tempo, o que não significa que ele deva estar sempre *up-to-date*. Vale aqui o dito de Agambem: contemporâneo é quem tem um mínimo de recuo para poder estar no clima de sua época, e não apenas imerso nela. Isso posto, esse lugar não está dado, aliás, terá que ser inventado a cada caso, porque partiremos do pressuposto de que não existe mais atopia. Não há nada mais que fique de fora da "grande feira" contemporânea, como Lacan se refere a nossos dias em *Radiofonia, de 1970*.

O psicanalista tende a se ver como exercendo sua prática em um lugar meio atópico, como Sócrates definiu o seu. Meio marginal às vezes, como o de um poeta marginal ou do intelectual estrangeiro na cidade, aquele que está sempre em algum outro mundo, ou ainda um espaço zen, aquele de onde se assiste ao mundo, nos domingos da vida. Lacan, na *Proposição de 09 de outubro de 1967, sobre o psicanalista da Escola Freudiana de Paris*, delimita esse lugar como o da "extraterritorialidade" do analista.

De qualquer dessas posições, imagina-se que, para ser cidadão, é preciso ir à cidade. No entanto, partiremos do princípio de que a cidade é tudo, de que não há "fora", não há mais espaço de exceção onde as pessoas podiam estar, inclusive um psicanalista. Assim, nenhum psicanalista vai à cidade. Nem todos os tempos, nem todas as culturas, nem todas as cidades foram como a nossa, entendendo a polis como um desenho de nossa sociedade. É uma mudança de entendimento com relação à *Proposição*, indicada por vários sociólogos, e no nosso campo por Jacques-Alain Miller. Dito de outra forma, ninguém está fora das prateleiras da Civilização, não existe lugar fora do Mercado, a Civilização é uma grande prateleira. Ainda de outro modo, não há mais sagrado, não há mais segredo, não há mais exceção.

A ideia de que estamos numa feira infinita, incluindo nela os índios e os esquimós, vai contra a ideia de um psicanalista zen, "herói da desidentificação", como diz Eric Laurent em *O analista cidadão, de 1999*. Seria uma cidade toda rua, esvaziada a oposição tão cara a Roberto Da Mata entre a casa e a rua. Para essa premissa, além do diagnóstico de Miller, nos apoiamos na aproximação surpreendente feita por Lacan entre o inconsciente e a cidade em que estava quando de suas conferências em Yale, em 1966, na célebre frase "a melhor imagem para resumir o inconsciente é Baltimore, ao amanhecer".

O inconsciente se apresenta na experiência freudiana, para começar, como um tropeço, um achado, um lapso, um detalhe de um sonho, um sintoma que fala. Quando esses achados vão se desdobrando e se precipitando em análise, vamos navegando e mergulhando em toda uma rede, uma rede de significantes, como define Lacan no *Seminário Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, de 1973*. A comparação com uma cidade nos faz pensar nessa rede até como tendo alguma ordem, mas também muita confusão e, mais que tudo, como não tendo a ordenação de uma história linear.

Em uma análise não estamos lidando com a história de alguém, o material que se apresenta não tem unidade o bastante. Para nós, o "alguém", a pessoa, o eu é apenas

uma “formação de superfície”, nos termos de Freud, uma miragem de unidade nisso tudo. É dessa forma que o par analista-analisante mergulha na cidade do analisante. Se seguimos essa analogia, fica mais difícil ainda dizer que há algo “fora”. Não há no inconsciente-Baltimore um espaço secreto. Claro, há vielas abandonadas, espaços esquecidos na cidade, mas não há uma área em si, sagrada ou secreta, separada de tudo. Os submundos e porões estão ali, não em outro lugar.

No mesmo sentido, devemos entender a outra célebre formulação de Lacan no mesmo momento, nos anos 1960: “o inconsciente é a política”. Causa estranheza porque tendemos a dizer o contrário, que a Política tem motivações inconscientes, que os políticos têm lá seu inconsciente. Mas espero que já se possa perceber que a Política aqui será um fazer na cidade tomada em analogia com a cidade inconsciente em uma análise.

O que será esse fazer? Ele será pautado pelas indicações de Lacan sobre o *sinthoma* como o incurável da vida. Será preciso dar um lugar ao que não tem, ali mesmo no meio da feira, não em exterioridade zen com relação à ela, mas com posição de *extimidade*, termo inventado por Lacan para definir esse dentro que é fora. Resumindo tudo isso, poderíamos dizer, então, que nossa Política, como ação na cidade-rede-Baltimore-ao-amanhecer, será a do *sinthoma* como intratável da vida, tomando-o em posição não mais de extraterritorialidade, mas de extimidade.

E essa cidade lacaniana não é humanitária. Ela não lida com o *homem* como categoria. Isso é forte, mas é claríssimo em Lacan, que dizia que as Ciências Humanas são uma contradição por não haver ciência humana. A Ciência lida com fórmulas, e não com pessoas. A Psicanálise também não é *humana*, no sentido em que ela não está preocupada com o humanitário em primeiro lugar, ela está preocupada como “o desumano do homem”. Nosso objeto não é aquilo que segue os ideais humanitários.

Desse modo, a cidade psicanalítica “Baltimore” não é um lugar onde as coisas seriam voltadas para o bem-estar do homem. Lembremo-nos da estranheza de Freud em relação à frase “amar o próximo como a ti mesmo”. Há toda uma discussão que parte daqui a respeito dos direitos humanos. Não é porque o humanitário não está em primeiro plano para o analista que os direitos humanos não estarão.

É porque não há Psicanálise sem os direitos humanos assegurados. Sem um ambiente de direito à fala, não há sessão de Psicanálise, e, para que haja isso, um bom número de direitos têm que estar garantidos.

Maira Freitas:

Marcus traz a discussão do lugar do psicanalista hoje, que está muito mais para ocupar a cidade, causar surpresa ao interrogar as posições e nomeações dos sujeitos, dando assim lugar para o Real, do que isolado em seu consultório particular, apenas escutando e interpretando. Ele recupera o texto do [psicanalista Éric] Laurent, *O analista cidadão*, de mais de vinte anos atrás, no qual o autor já apontava o analista como aquele que toma partido, que entra no debate, que se posiciona. Um analista sensível às formas de segregação, incidindo sobre o desrespeito; aquele que dá lugar ao sujeito, tirando-o do lugar de objeto de intervenção. Isso toca diretamente algumas políticas públicas, que, ocupando o lugar de saber, não dão lugar aos sujeitos, que acabam se apresentando na cidade como um dejetos social.

Vinícius Carossi:

A Psicanálise promove circuitos, não objetos. Isso fica marcado para mim a partir do texto. Entendemos que não há possibilidade de uma Psicanálise que não seja política, que não esteja imbricada diretamente na cidade. Produzir circuitos – o que chamamos aqui no Desembola de tratamento pelo sintoma e não do sintoma – é, necessariamente, não acreditar nos objetos-valise do Capital, que carregam em si uma montagem dupla de identificação imaginária e de resto/dejeto. Construir circuitos é apostar que algo do laço social está nesse jogo do vazio com o Outro, nessa aposta inexorável do desejo. Não oferecer objetos, então, me parece, por si, um ato do analista na contemporaneidade, uma forma de sustentar a radicalidade da diferença, de maneira que esses circuitos criados possam fazer os objetos circularem e, quem sabe, perderem sua potência mortífera. Se pensamos na intoxicação generalizada contemporânea, nesse curto-circuito com o Outro, poderíamos dizer que oferecer circuitos seria uma posição extima, essa posição *sinthomática* como o intratável da vida?

Marcelo Bizzotto:

A metáfora freudiana do inconsciente como a cidade de Roma, com suas camadas históricas que se sobrepõem umas às outras, não é a que melhor traduz as manifestações do inconsciente na contemporaneidade e as formas de subjetivação de nosso tempo. Lacan, por seu turno, ao comparar o inconsciente com Baltimore ao amanhecer, se aproxima mais do estatuto político do inconsciente contemporâneo, uma vez que na metáfora lacaniana reconhecemos o aspecto atemporal do inconsciente,

privilegiando a dimensão momentânea e fugaz de sua apresentação, tal como um *flash*, por assim dizer. Parece-me também que o inconsciente representado pela cidade de Roma está mais em conformidade com o registro simbólico e referido a uma leitura mais estrutural da formação do inconsciente. Baltimore ao amanhecer, por sua vez, me faz lembrar da dimensão topológica, borromeana do inconsciente. Essa leitura me parece fundamental para compreender o estatuto do objeto *a* e os modos de gozo implicados em nosso tempo, tomando como referencial o Discurso do Capitalista de Lacan. Essa concepção acerca do inconsciente lacaniano também incide diretamente na ética da Psicanálise, uma vez que como analistas devemos levar até as últimas consequências a dimensão do ato analítico como sendo mais referido à estrutura do chiste, do tropeço e da surpresa do que da interpretação propriamente dita.

Olívia Viana:

Penso que a forma como Marcus André aborda a presença do analista na cidade, a partir da noção lacaniana de extimidade, vem ao encontro da prática do Desembola na Ideia, e me remeteu às discussões sobre heterotopia, que realizamos no início do projeto, quando ensaiávamos a ocupação do espaço, e que nos levou ao conceito de den(fora)tro. Quando pensamos na prática do psicanalista em uma instituição, ideias como "acolher um lugar para o real" tornam-se quase literais e evidenciam-se a cada proposta de atividade, no uso do espaço, na criação de uma proposta e, especialmente, no encontro com cada um que se encaminha para lá. Ainda, quando nos deparamos com atuações dos jovens na instituição, é também com a localização de cada profissional no discurso – e no espaço! – que nos confrontamos. Se, por vezes, tendemos a enfatizar o caráter atemporal do inconsciente, me parece que essas *Notas* do Marcus André nos abrem caminhos para pensarmos sua dimensão espacial. Se o inconsciente é a Política, ele está necessariamente articulado à cidade.

Eduardo de Jesus:

A reflexão de Marcus André Vieira nos mostra uma certa guinada política da Psicanálise na contemporaneidade, colocando-a em contato direto – como resistência – às linhas de força do capitalismo cognitivo que nos assediam de forma radical na produção de subjetividade. É de dentro da cidade, no "coração do mundo" e, sobretudo, nas intensas disputas da vida social, que podemos, como afirma Vieira, "trazer a Política para a prática do psicanalista", gesto recorrente e profícuo nas práticas e reflexões do Desembola na Ideia. Em meio ao "deserto do real" e para criar resistência a uma produção de subjetividade capitalística, a prática psicanalista exige outros lugares... e realmente não há "fora" aí. O mercado que a tudo abarca nos leva a criar formas inventivas e críticas de resistência ("eu prefiro não", como sugeria Bartleby, o escrivão), ancoradas em uma prática psicanalítica que se insira nas dobras dos embates contemporâneos tentando ativar uma espécie de "subjetividade nômade" que se desterritorializa sobre sua própria desterritorialização.

Bárbara Afonso:

Marcus André Vieira toca vários pontos centrais para pensarmos a interseção da Psicanálise e a Política. Se os sujeitos e os grupos frequentemente funcionam agenciados por algum significante-mestre, a análise não opera nessa lógica, buscamos dar lugar a um sujeito dividido, que possa encontrar a singularidade de sua própria história, vivenciar efeitos de surpresa frente ao que não se sabia ou se pensava antes. Os sujeitos, via de regra, se apresentam aprisionados em uma dimensão de imperativos superegoicos ou demandando e se queixando de ideais impossíveis. Quando o sujeito consegue se deparar com a multiplicidade de desejos que o habita, com suas

contradições, é possível alguma abertura que dê lugar ao Real. Essa forma de operar da Psicanálise tem efeito político ao fazer resistência à violência, e funciona de forma contrária à fixação do campo polarizado do ódio cego. Ao trabalhar com a escuta, a história e o singular das memórias lembradas, o sujeito pode encontrar no desejo algo que vivifique sua existência. Essa operação da Psicanálise toma a Política no plano da nossa clínica, ao fazer frente à massificação de consumo, terreno no qual tudo se torna objeto a ser consumido, inclusive os próprios sujeitos, guiados pelos imperativos de gozo. É importante que os analistas estejam na cidade, atentos a interpretar a cidade, seus discursos e a subjetividade da época, articulados, como disse a Olívia [Viana], ao inconsciente como política. Marcus André coloca em questão se a democracia está em crise e o que significa a perda da memória e dos objetos implicados na perda do Museu Nacional e na experiência singular de cada um com ele. Isso é importante como análise da cidade, assim como lembrar que o Brasil é o único país da América Latina que não julgou os crimes cometidos no período da Ditadura Militar, o que implica em não resignificação histórica. Uma questão central para a Psicanálise é que não lidamos com aquilo que há de humano no homem, mas com o que funciona como gozo, como intratável na vida. Na operação da civilização, nessa tentativa da cultura de organizar as relações, sempre haverá um resto. O que fazemos com esse resto?

Pedro Braccini:

Marcus André traz à tona a noção de objeto *a*, objeto que realmente conta para a Psicanálise e que remete às sobras e aos restos, àquilo que está sempre aquém de uma nomeação. Trata-se de um objeto que presentifica uma relação essencial com a separação como tal, permitindo que algo se perca e faça função de causa de desejo para um sujeito. Se para muitos essa perda estaria colocada a priori, para grande parte dos adolescentes que frequentam o Desembola na Ideia não há o que perder. Seus corpos fazem a função de resto no discurso civilizatório contemporâneo. Nessas condições, o que poderia advir do desejo? Os corpos adolescentes que resistem vivos cumprem, por meio de sua inutilidade social, uma função de termômetro do panorama atual. Corpos que cumprem sua função de dejetivo e de avesso, que se apresentam ao Desembola na Ideia saturados do imperativo de gozo da era dos objetos do capitalismo, escancarando sua face mortífera. Mas como pensar então hoje a função do rebotalho? Nesse contexto, como fazer ressoar no vivo de cada um as vozes perdidas na trajetória própria de cada sujeito? O Discurso do Analista encontra tradicionalmente sua maior subversão na relação com o Discurso do Mestre, mas hoje, no momento em que o Mestre contemporâneo é cada vez mais próximo da gestão e não existe lugar fora do mercado, qual o lugar do analista na cidade? Como incidir no âmbito coletivo? São questões como estas, anunciadas no texto do Marcus André, que me parecem estar colocadas na prática diária do Desembola na Ideia.

de.sem.bo.la.na.i.dei.a: 1. ato de desenvolver, desembaraçar, desenredar, destrinçar, singularizar; 2. tirar ou perder as bolas que cobrem pontas que podem ferir; 3. desfazer um bololô; 4. diz-se do ato de ler nas entrelinhas, dar no ponto e achar a causa; 5. quando se deixa uma luz desemaranhar-se das significações que a ocultam; 6. tipo de escrita que faz a lua, com uma haste de bambu, passar por entre lianas sem desenredá-las; 7. mundo-pêssames de pequenos cidadãos-menos a contra-mundo; 8. projeto para civis-subservis-sem-lugar-marcado-no-campo-do-possível; 9. desejo de permanente exercício da linguagem para serpentear, no seu curso, o discurso do silêncio; 10. o mesmo que resolver pela palavra.

O *Desembola na Ideia* é um projeto psicossocial que conjuga Arte, Psicanálise e Política para promover, junto a adolescentes em situação de vulnerabilidade, o protagonismo juvenil na construção da cidadania. Isso se dá por meio de uma ação interdisciplinar, em um percurso de múltiplas atividades, que se articulam tanto para criar condições para que cada participante teça uma reflexão permanente acerca de seu projeto de vida, quanto para dar subsídios para que assuma o lugar de sujeito na construção de seu estar no mundo, de modo que a transição adolescente para negros, pobres e periféricos encontre bases para se vislumbrar um futuro. Este livro, composto de seis partes (ata, que-fazer(es), denfora)tro, canteira, praça e cotidiana), procura apresentar um trabalho institucional feito por artistas, psicanalistas e educadores sociais, reunindo, por meio de encontros e atividades de criação, várias sensibilidades em torno da questão adolescente, que engendram diálogos com diferentes campos do saber, em permanente interlocução com a cidade.

desembola na ideia

arte e psicanálise implicadas na vulnerabilidade juvenil

Musso Greco e Louise Ganz [org.]

ISBN: 978-65-00-17953-8



iniciativa



iniciativa



iniciativa



iniciativa



iniciativa



iniciativa



iniciativa

Este livro foi realizado com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de São Paulo nº 1.000/2007